



1 **ATA DA REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO - CASO EVANDRO: APONTAMENTOS**
2 **PARA O FUTURO – 15/07/2021**

3 No décimo quinto dia do mês de julho de 2021, às 16h00, foi realizada a primeira
4 **Reunião do GRUPO DE TRABALHO - CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA**
5 **O FUTURO**. Fizeram-se presentes: **Ney Leprevost**, Secretário de Estado da Justiça,
6 Família e Trabalho do Paraná; **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto**, Procurador de
7 Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de
8 Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná, representando o
9 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná Gilberto Giacoia; **Luiz Rodrigo**
10 **Grochocki**, Diretor-Geral da Polícia Científica; **Cláudio Marques Rolin e Silva**,
11 Delegado responsável pelo Setor de Vulneráveis da Delegacia de Homicídios e
12 Proteção à Pessoa, representando o Secretário de Estado de Segurança Pública do
13 Paraná Romulo Marinho Soares; **Rogério Nicolau**, Advogado integrante da Comissão
14 da Advocacia Criminal, da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná,
15 representando o Presidente da OAB Cassio Lisandro Telles; **Bruna Saraiva**,
16 Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da
17 Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná; **Bruno Muller Silva**, Defensor Público
18 Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude; **Marcel Jeronymo**
19 **Lima Oliveira**, Vice-Presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos; **Arlete**
20 **Kubota**, Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude do Tribunal de
21 Justiça do Estado do Paraná; **Silvio Renato Fernandes Jardim**, Chefe do Departamento
22 de Justiça da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho; **Ângela Christianne**
23 **Lunedo de Mendonça**, Chefe do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos
24 Fundamentais e Cidadania e do Departamento de Políticas para Criança e
25 Adolescente, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
26 Adolescente, na qualidade de Vice-Presidente e também Coordenadora do Grupo de
27 Trabalho – Caso Evandro; **Rafael Moura**, Promotor de Justiça e membro do Centro de
28 Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do
29 Ministério Público do Paraná; **Regina Bley**, membro do Centro de Apoio Operacional
30 das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do
31 Paraná; **Carmen Lúcia Pereira da Silva**, **Ana Felícia Bodstein**, **Ana Raggio** e **Ana**
32 **Vitória Naumann**, do Apoio Técnico do GT. **Abertura: Ana Raggio** abriu a reunião e
33 falou: “A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho lança, na data de hoje, o
34 Grupo de Trabalho – Caso Evandro: Apontamentos para o futuro. O Grupo de Trabalho
35 tem como finalidade a análise acerca do ocorrido no emblemático Caso Evandro,
36 visando identificar possíveis violações de direitos humanos e recomendar aos órgãos
37 competentes a adoção de medidas para criação e fortalecimento de políticas públicas
38 para evitar que as violações identificadas se repitam no Estado do Paraná. O Caso
39 Evandro trata-se do desaparecimento do garoto Evandro Ramos Caetano, na idade de
40 06 anos, em 1992, na cidade litorânea de Guaratuba. Para composição do Grupo,

41 contar-se-á com representações do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos
42 Fundamentais e Cidadania, Departamento de Justiça e Departamento de Políticas para
43 Crianças e Adolescentes desta Secretaria de Estado, bem como representantes do
44 Conselho Permanente de Direitos Humanos e do Conselho Estadual dos Direitos da
45 Criança e do Adolescente. Além disso, a SEJUF convida para o Grupo de Trabalho o
46 Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado, a Ordem dos Advogados
47 do Brasil – Seção Paraná, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, o Serviço de
48 Investigação de Crianças Desaparecidas, a Polícia Científica do Paraná e o Tribunal de
49 Justiça do Estado do Paraná. Assim sendo, para dar início a esta primeira reunião,
50 passo a palavra ao Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Ney
51 Leprevost”. **Ney Leprevost** falou: “Muito obrigado, Ana. Eu gostaria inicialmente de
52 agradecer ao Procurador de Justiça, um homem que é uma referência dos direitos
53 humanos no Paraná, nosso amigo Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que está
54 participando digitalmente. Agradecer ao representante da Secretaria de Segurança
55 Pública, o Dr. Cláudio Marques Rolin e Silva, muito obrigado, Dr.; Representante da
56 Polícia Científica, Dr. Luiz Rodrigo Grochocki; Núcleo da Infância e Juventude Bruno
57 Muller, que está online; Chefe do Departamento de Justiça, Silvio Jardim, policial
58 federal; Conselho Permanente de Direitos Humanos, o Vice-Presidente Marcel
59 Jeronymo, online; Do CEDCA, o Presidente e nosso parceiro José Wilson, que está
60 também online; Do Departamento da Criança e dos Direitos Fundamentais, Dra. Ângela
61 Mendonça; Da Ordem dos Advogados do Brasil, meu amigo Rogério Nicolau; Do
62 Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Dra. Arlete Kubota; Do DPCA, Carmen Silva.
63 Então, gente, eu vou ser bem objetivo aqui. Na verdade eu estava um final de semana
64 em casa assistindo televisão, um sábado à noite e por mera falta de ter o que fazer e
65 curiosidade, eu resolvi assistir a uma séria que estava sendo anunciada na televisão
66 chamada Caso Evandro. Porque eu era bem jovem, tinha 18 ou 19 anos de idade
67 quando aconteceu esse caso, na época chamavam de Caso das Bruxas de Guaratuba
68 e marcou muito, eu lembrava muito daquilo. Aí eu comecei a assistir, a me interessar e
69 fui indo, fui indo, passei a madrugada de domingo assistindo, a madrugada de
70 segunda-feira assistindo e fiquei impressionado com a sucessão de erros que vi ali,
71 com a sucessão de injustiças e com a muito provável confirmação de que houve tortura
72 de pessoas para confessar esse crime. E aí eu fiquei pensando ‘Nós somos da
73 Secretaria de Justiça, nós temos um Departamento de Direitos Fundamentais que tem
74 a obrigação de zelar pelos Direitos Humanos, nós temos um Departamento de Justiça
75 que tem o dever de contribuir para que seja feita justiça para as pessoas do Paraná’.
76 Então nós temos que colocar um pouco a colher nesse assunto, temos que tentar
77 ajudar, fazer alguma coisa, ver como é possível reparar as pessoas, se é que houve
78 mesmo a tortura e tudo indica que houve, ver como é possível o Estado, é evidente que
79 as crianças que se foram não virão mais, mas o que é possível o Estado fazer também
80 para dar uma satisfação aos pais desse menino Evandro, que ficaram esperando a

81 prisão dos responsáveis pela morte do seu filho e ao que tudo indica não são essas
82 pessoas que foram presas. Ou pelo menos se forem, confessaram mediante tortura, o
83 que legalmente é um problema sério, porque dá margem para revisão do julgamento e
84 para anulação. Evidente que nós aqui como Secretaria de Justiça não temos poder
85 para fazer investigações, mas nós podemos contribuir apontando os erros do passado:
86 quais foram os erros cometidos lá atrás nesse caso, o que pode ser feito em termos de
87 direitos humanos daqui para frente para que isso não aconteça mais, o que nós
88 podemos fazer para aumentar a segurança das nossas crianças. Nós, ao final desses
89 60 dias do grupo de trabalho, vamos apresentar aqui medidas para melhorar a
90 segurança. Medidas, Dr. Grochocki, que já estão sendo trabalhadas em conjunto pela
91 sua equipe e pela nossa para avançar também na ciência, quando tem esses
92 problemas de DNA e ossos que são encontrados. Junto com o caso do Evandro teve o
93 caso do menino Leandro Bossi. Chegaram a trazer um outro menino para Curitiba,
94 menino que foi encontrado em outro Estado, agora não me lembro em que Estado foi,
95 mas trouxeram para cá o pai do Leandro Bossi, que tinha desaparecido, acreditou que
96 aquele menino era o filho dele e era realmente muito parecido, mas não era o filho
97 dele. A ossada que foi encontrada – e que disseram que era do Leandro Bossi – era
98 uma ossada de uma menina e ficou comprovado isso depois, mas colocaram para
99 incriminar alguém roupas do menino Leandro Bossi perto da ossada dessa menina.
100 Quer dizer, é possível que esse outro menino, esse segundo menino de Guaratuba,
101 segundo não, primeiro pois aconteceu antes do Evandro, é possível que ele esteja vivo,
102 já adulto e em algum lugar. Também é possível que o assassino ou a assassina do
103 menino Evandro de Guaratuba esteja solto. É importante e por isso quero que a Dra.
104 Ângela chame para as próximas reuniões a Delegada do SICRIDE, que é muito
105 dedicada também, a Patrícia. Houve uma época em que estava acontecendo um surto
106 de roubo de crianças aqui no Paraná. Essa semana nós soubemos que uma mulher
107 tentou roubar uma criança do Hospital do Trabalhador. Inicialmente ela fez uma
108 alegação de que teria tido um aborto, depois se contradisse e disse que alguém iria
109 pagar 10 mil reais para ela por essa criança recém-nascida, aí acreditaram mais que
110 ela tinha um problema psíquico e que era aborto, mas nenhum hospital confirmou que
111 ela tinha abortado, que tinha tido um aborto espontâneo. Então essas coisas não
112 podem mais acontecer. Imaginem a dor de uma família que perde uma criança, que
113 não sabe onde essa criança está. A Arlete, por exemplo, que foi minha colega na
114 política, mãe do menino Guilherme Tibúrtius, a Arlete Caramês, até hoje não sabe o
115 que aconteceu com o seu filho. O principal que tem que sair daqui desse grupo são
116 medidas para prevenir o desaparecimento de crianças, medidas para identificar
117 ossadas de crianças que estão desaparecidas, ossadas que são encontradas que você
118 tem que tentar descobrir de qual criança é aquela ossada. Mas também tem que sair
119 daqui, se for a convicção do grupo de que houve tortura, evidentemente uma
120 recomendação, uma sugestão, um relatório que possa auxiliar o Tribunal de Justiça em

121 uma futura decisão para fazer justiça em relação a esse caso. Nós não temos poder de
122 investigar, de prender ninguém, mas nós somos Estado e se as pessoas foram
123 injustiçadas, nós temos que no mínimo pedir desculpas e estudar formas de sugerir
124 reparações para essas pessoas. É isso, eu passo a palavra para Dra. Ângela
125 Mendonça que vai coordenar esse grupo de trabalho. A Dra. Ângela é a Chefe do
126 Departamento de Direitos Fundamentais e também Chefe do Departamento da Criança
127 aqui da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho. Obrigado”. **Ângela Christianne**
128 **Lunedo de Mendonça** falou: “Boa tarde, Ney. Boa tarde para as demais autoridades
129 aqui presentes. Nossos amigos estão por via remota participando do início dos
130 trabalhos desse grupo. Primeiramente, quero agradecer ao Secretário pela
131 sensibilidade e coragem em abordar esse tema e essa história que ainda mantém
132 feridas abertas no campo da violação de direitos humanos no Paraná. E nesse sentido,
133 então, agradecendo ao Ney por essa coragem em mexer em um tema tão delicado
134 mas também tão necessário, em nos fazer refletir a partir desse caso, especialmente
135 no papel do Estado, dos órgãos do Estado, tanto no campo da atuação, nesse caso
136 que não reflete exatamente esse caso, mas é um caso para estudos e traz consigo um
137 contexto histórico do que se deu naquele tempo no Paraná. Da mesma forma, Ney, a
138 iniciativa que esse convite fosse estendido para demais autoridades e órgãos, porque
139 temos assumido essa metodologia do trabalho em rede, intersetorial e interinstitucional
140 como forma de construção dos processos políticos dentro da Secretaria. O
141 reconhecimento e a validação do convite ao Conselho Estadual de Direitos Humanos e
142 ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança, reconhecendo e validando também a
143 importância dos conselhos na construção de novas políticas e dizer que nós temos aqui
144 três grandes desafios, no meu entender, que convergem e por isso reconheço aqui a
145 presença de pessoas amigas, garantistas, de pessoas preocupadas e intuídas em
146 transformar essa nossa realidade, que é a questão da tortura como algo realmente
147 inaceitável, a importante proteção a crianças e adolescentes e a prevenção ao
148 desaparecimento de crianças como a necessária política perene e permanente e na
149 condição de mãe, o suporte que nós precisamos também pensar junto às famílias que
150 vivem o luto eterno e de como esse sofrimento, a partir da perda de suas crianças,
151 vivem a dor daquilo que não se viveu com a presença física delas. Acho que na
152 condição de coordenadora técnica desse grupo, e juntamente aos meus colegas, o
153 nosso trabalho é nesse prazo de 60 dias que foi o prazo, que você nos estabeleceu,
154 que nós possamos pensar em uma estrutura de trabalho, método de trabalho e uma
155 organização de processo que ao final possa trazer ao Estado do Paraná, a partir desse
156 momento de dor, desse fato histórico de tanta comoção, um olhar de esperança e um
157 olhar de mudanças. Peço que o cerimonial dê sequência”. **Ney Leprevost**
158 complementou: “Só queria, Ângela, dar algumas sugestões para esse grupo de
159 trabalho. Evidente que eu não vou fazer parte do grupo, mas como Secretário da área
160 queria dar algumas sugestões. Em primeiro lugar, que essas reuniões fossem abertas

161 para que todas as faculdades de direito, para que os alunos possam acompanhar
162 digitalmente, acompanhar pela internet, porque acho que isso vai trazer um
163 aprendizado muito grande para os acadêmicos de direito. Eles vão ver quais foram os
164 erros, vão ver as sugestões para acertar no futuro e também gostaria que você
165 convidasse para vir falar nesse grupo o autor dessa série, o diretor dessa série, que na
166 minha opinião merece um prêmio e também o autor dos podcasts que geraram essa
167 série, que é o jornalista Ivan Mizanzuk. Muito bom o trabalho que ele fez, um trabalho
168 extraordinário do Ivan Mizanzuk. E convidar o Aly Muritiba que é o diretor. Acho que
169 vale a pena convidar o Dr. José Maria Correa, que era o delegado geral na época, ele
170 conta muita coisa importante ali. Convidar o advogado dos acusados, convidar o
171 promotor que fez o seu trabalho na época. Se tiver errado não foi por culpa dele, foi
172 porque foi iludido por um grupo que nem existe mais na policial, um tal de Grupo Águia
173 que teria feito horrores em Guaratuba. Então trazer essas pessoas aqui também para
174 falar e colocar à disposição dos estudantes de direito isso, que eles possam assistir
175 essas reuniões. Acho que isso vai ser muito bom para não errarmos tanto lá na frente.
176 A gente vai acertando no futuro quando a gente vai conhecendo a história, vai
177 reconhecendo os erros do passado, aí a gente vai aprendendo e errando menos na
178 frente. Tá bom, Ângela?”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça** respondeu: “Tá
179 certo. Nós acolhemos as suas sugestões e na sequência dos debates junto aos demais
180 representantes do grupo vamos organizando um cronograma de trabalho e vamos
181 informando o Senhor”. **Ana Raggio** continuou: “Obrigada, Secretário, obrigada, Ângela.
182 Gostaria agora de agradecer algumas presenças e passar a palavra para que possam
183 fazer seus cumprimentos. Inicialmente, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto,
184 Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias
185 de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná, neste
186 ato representando Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do Estado do
187 Paraná. Por gentileza, Dr. Olympio”. **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** falou: “Eu
188 cumprimento todos e todas e falo da minha alegria de poder estar vivendo esse
189 momento, que é um momento histórico no Estado do Paraná, e a gente participa com
190 satisfação com a credibilidade que o Secretário de Justiça tem. O Ministério Público
191 reconhece no Secretário de Justiça a sua competência, a sua dedicação. Portanto a
192 gente sabe que sairá desse grupo algo positivo. Nós temos de um lado o tema relativo
193 ao caso denominado Caso Evandro e que certamente esse tema será objeto de
194 novamente haver a prestação da tutela jurisdicional, o reexame da matéria, seja
195 através de uma revisão criminal, seja eventual persecução penal do crime de tortura
196 que é imprescritível e que, portanto, a qualquer momento pode ser investigado e haver
197 a punição. Mas também, Secretário Ney, eu vi a indicação dos temas para o trabalho
198 do grupo e como eu disse, é um momento importante e olha só que casualidade e boas
199 coincidências, Secretário Ney, nós acabamos de encaminhar à Vossa Excelência, o
200 Ministério Público encaminhou, o Procurador-Geral de Justiça, uma proposta de

201 participação, nós estamos fazendo isso para todas as instituições sobre o SINALID,
202 que é um sistema nacional exatamente para atuar no caso, com eficiência, de
203 desaparecimento de pessoas, inclusive de crianças e adolescentes. Depois o Dr.
204 Rafael, que é o promotor que está coordenando isso no Ministério Público, pode fazer
205 uma exposição sobre o SINALID. O outro tema, Secretário Ney, que é de boa
206 coincidência, ainda dias atrás eu fiz contato com a Ana Raggio, porque o Paraná até
207 hoje não participa do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Paraná é
208 um dos únicos Estados ou um dos últimos a integrar o sistema. Até hoje nós não temos
209 o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. O Projeto de Lei já foi e voltou à
210 Casa Civil, já está pronta a proposta legislativa para a criação do Comitê e para a
211 criação também do mecanismo que a legislação prevê que é exatamente para ter essa
212 interferência direta em casos concretos de tortura. Então, já temos de partida para o
213 grupo a possibilidade de apresentar duas situações concretas de intervenção positiva
214 nesses termos. Enfim, o Ministério Público está aí para colaborar, participar e com
215 certeza para que no conjunto, na integração de todos os órgãos que participam do
216 grupo de trabalho, poder apresentar propostas de alteração dessa realidade que
217 permitiu casos como esse do Evandro e outros tantos que envergonham a perspectiva
218 do processo civilizatório”. **Ney Leprevost** falou: “Muito obrigado, Dr. Olympio. Eu quero
219 aqui publicamente fazer um agradecimento à contribuição que o Dr. Olympio tem nos
220 dado desde o início da gestão aqui na Secretaria. Eu diria que o que se refere ao tema
221 direitos humanos, ele tem sido nosso principal conselheiro e já estão evidentemente
222 acatadas as duas sugestões do Dr. Olympio. A Dra. Ângela já está com o processo
223 aqui para que o Paraná seja integrado no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
224 Tortura e eu já estou pedindo também ao Dr. Silvio Jardim, do Departamento de
225 Justiça, que tome as providências em relação ao SINALID também. Eu vou passar
226 agora a condução do grupo, a direção dos trabalhos para Dra. Ângela, vou pedir
227 licença para todos, mas recebam a nossa gratidão por estarem fazendo parte desse
228 grupo que certamente deixará um legado de ações, de ideias, de iniciativas importantes
229 tanto na área dos direitos humanos quanto na área de prevenção contra crimes
230 cometidos com crianças. Obrigado a todos vocês que dispuseram esse tempo precioso
231 para estar aqui hoje. Obrigado, Dra. Ângela, a Senhora segue com a direção dos
232 trabalhos”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça** continuou: “Obrigada, senhor
233 Secretário, seja sempre bem-vindo. Esse grupo está aberto à sua presença e
234 participação, será uma honra tê-lo aqui contribuindo conosco. Na sequência do
235 andamento do nosso trabalho, eu peço que a Ana faça a sequência do cerimonial, por
236 favor”. **Ana Raggio** falou: “Gostaria de agradecer pela presença e dar os cumprimentos
237 ao Dr. Luiz Ricardo Grochocki, Diretor-Geral da Polícia Científica do Estado do
238 Paraná”. **Luiz Ricardo Grochocki** falou: “Boa tarde a todos e a todas. É uma
239 satisfação para a Polícia Científica participar desse grupo e gostaria de deixar à
240 disposição todas as ferramentas que nós temos na Polícia Científica para contribuir

241 nesse grupo de trabalho”. **Ana Raggio** continuou: “Obrigada, Dr. Convidamos agora e
242 damos os cumprimentos ao Delegado Claudio Marques Rolin e Silva, responsável pelo
243 Setor de Vulneráveis da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, neste ato
244 representando o Sr. Romulo Marinho Soares, Secretário de Estado de Segurança
245 Pública do Paraná. **Claudio Marques Rolin e Silva** falou: “Boa tarde a todos e a todas.
246 É uma satisfação integrar esse grupo, mesmo porque a questão relacionada aos
247 direitos humanos é a única razão de existência das forças de segurança e das forças
248 policiais, porque existem direitos humanos que devem ser protegidos, defendidos e
249 promovidos. Então é um prazer enorme e esperamos acompanhar e contribuir ao
250 máximo com esse grupo, porque realmente temos em treinamento e eu já sei sobre o
251 que é a dificuldade de ser atingido por situações que você espera a morte somente, e
252 todo mundo ao seu lado e ninguém pode fazer absolutamente nada. Então eu conheço
253 essa realidade da tortura, embora em treinamento, mas eu sei da gravidade do que se
254 trata. É um prazer enorme estar aqui”. **Ana Raggio** deu sequência: “Gostaria de pedir a
255 gentileza então do Dr. Rogério Nicolau, advogado integrante da Comissão de
256 Advocacia Criminal, da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná, neste ato
257 representando Cassio Lisandro Telles, Presidente da OAB”. **Rogério Nicolau** falou:
258 “Uma boa tarde a todos. Sou membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB
259 também e fico muito feliz de poder fazer parte desse grupo. Gostaria muito de
260 cumprimentar o Dr. Ney, Dra. Ângela e os demais participantes. Agradecer ao Dr.
261 Cassio Telles, Presidente da OAB, ao Dr. Nilton Ribeiro, Presidente da Comissão de
262 Direitos Humanos da OAB, que me confiaram essa tarefa e ressaltar a importância
263 desse grupo, a importância de discutir esse tipo de assunto tão delicado que é a
264 tortura, não à toa. Todas as provas obtidas por meios ilícitos - e a tortura é uma delas -
265 são nulas. Elas não devem ser admitidas em hipótese alguma e essa injustiça, em
266 especial, que o Secretário Ney nos relatou em relação ao caso Evandro, ela causou
267 mais duas injustiças, a primeira é não achar o real culpado pelo caso Evandro, eu digo
268 um culpado mas na realidade são aquelas duas senhoras que acabaram condenadas
269 por isso e a outra injustiça é em relação a família da criança que além de não ter a
270 presença do seu filho, do Evandro, nunca descobriram quem fez isso. Então, é
271 importante que se tome providências do que foi feito naquela ocasião e que se deixe de
272 tomar atitudes que possam levar e induzir ao erro as autoridades. Eu agradeço muito e
273 fico muito honrado de poder participar desse grupo sobre um assunto tão importante
274 para nossa sociedade. Obrigado”. **Ana Raggio** seguiu: “Por gentileza, Dra. Bruna
275 Saraiva, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
276 da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná, que nos acompanha por meio
277 virtual. Se quiser fazer o uso da palavra fique à vontade”. **Bruna Saraiva** falou: “Olá,
278 boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar a todos os participantes, as
279 autoridades, fazendo na pessoa do Secretário Ney. É um enorme prazer que a gente
280 divide esse espaço de apresentação da OAB com o colega que me antecedeu na fala e

281 a OAB fica à disposição para participar e colaborar com os trabalhos que forem
282 desenvolvidos por esse colegiado. Obrigada”. **Ana Raggio** retomou: “Muito obrigada,
283 Dra. O Dr. Bruno Muller Silva, Defensor Público Coordenador do Núcleo Especializado
284 da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado do Paraná, que também nos
285 acompanha de modo virtual”. **Bruno Muller** falou: “Vim trabalhar presencialmente hoje
286 na Defensoria e agradecer o gentil convite da Ângela, Chefe do Departamento, e a
287 alegria que é estar ao lado, estar no mesmo evento que a Dra. Bruna, do Dr. Rafael e
288 Dr. Olympio e agradecer a presença de todos na pessoa do Secretário. Contem
289 comigo, contem com a Defensoria para se pensar e se desenhar as políticas públicas
290 desde a prevenção do desaparecimento e os encaminhamentos sobre tortura e todos
291 os correlatos em relação ao Caso Evandro. A gente precisa e pode deixar um legado
292 importante a partir de uma tragédia em diversos níveis”. **Ana Raggio** continuou:
293 “Obrigada, Dr. Também gostaríamos de passar a palavra ao Dr. Marcel Jeronymo Lima
294 Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos, que também
295 nos acompanha de maneira virtual”. **Marcel Jeronymo Lima Oliveira** falou: “Obrigado
296 pelo seu lugar de fala Ana Raggio, quadro muito importante na SEJUF. Saúdo a todos
297 e todas na pessoa da nossa e presente diretora Ângela Mendonça. Agradeço bastante
298 o espaço e o reconhecimento do próprio Conselho, que vem de fato buscando cada
299 vez mais se inserir nas políticas públicas e de fato grande satisfação receber esse
300 convite do Secretário de Estado para que a gente possa pensar como evitar erros da
301 máquina”. (Falha na conexão). **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto** expressou:
302 “Aproveito para elogiar a coordenadora do nosso grupo, a Ângela. A presença dela
303 sempre certeza de que haverá bons encaminhamentos para os nossos trabalhos”.
304 **Marcel Jeronymo Lima Oliveira** prosseguiu: “De fato não se trata de um caso isolado
305 e de fato esse olhar para a situação dos erros do sistema judiciário, do sistema de
306 polícia vai se passar justamente por um destaque fundamental que nos trouxe nosso
307 querido Procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior. A gente tem um mecanismo
308 próprio para avaliar especificamente, com peritos independentes e com qualidade
309 efetiva a situação efetiva das políticas públicas que circundam a área do sistema de
310 polícia, mas também as torturas foras provocadas por pessoas privadas e que de fato
311 será de fundamental importância, que ao final do trabalho desse GT, a gente possa ter
312 o sistema de monitoramento de prevenção e combate à tortura no Estado do Paraná.
313 42:32 (áudio inaudível) vai estar acompanhando esse GT, como acompanha todas as
314 denúncias de violação de direitos humanos aqui no Estado do Paraná e me coloco de
315 fato à disposição para colaborar nessa e em outras pautas, sempre entendendo que
316 sociedade civil e governo podem sempre andar em conjunto para respeitar o que é
317 disposto na nossa Carta Magna, a nossa carta cidadã. Agradeço o espaço de fala, o
318 tempo de escuta de todos e todas e desejo uma boa tarde”. **Ana Raggio** retomou:
319 “Obrigada, Marcel. Gostaríamos agora de registrar a presença e passar os
320 cumprimentos ao Dr. Rafael Moura, que integra também o Centro de Apoio

321 Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do
322 Ministério Público do Estado do Paraná”. **Rafael Moura** falou: “Boa tarde. Boa tarde,
323 Ana Raggio. Boa tarde, Ângela. Cumprimento todas as demais pessoas. Eu gostaria
324 apenas de me aprofundar um pouquinho em relação ao SINALID, mas muito pouco,
325 porque sei que essa é uma fala inicial. Como o Dr. Olympio já falou, o Ministério
326 Público do Estado do Paraná, por intermédio do Centro de Apoio, tem buscado contato
327 com as instituições aqui do Paraná que tenham alguma contribuição para dar nas
328 políticas públicas de identificação e localização de pessoas desaparecidas. Isso na
329 perspectiva de aderirem ao PLID nível estadual, ao programa de localização e
330 identificação de pessoas desaparecidas, que nada mais, nada menos é que a tentativa
331 de cruzar os dados já existentes e os bons trabalhos já desenvolvidos nas demais
332 instituições mas que ainda hoje, no Estado do Paraná, não se cruzam de modo
333 automático. Então, a idéia central desse SINALID, do PLID, que eu acho que é uma
334 ideia cujo tempo chegou, uma ideia que está madura para cair de pé, é a idéia de que a
335 gente utilize o sistema que já está sendo implementado em nível nacional e que
336 permite que os dados colhidos pela polícia, registrados pela polícia, os dados das
337 casas de acolhimento de pessoas, dos hospitais, todos esses dados possam ser
338 cruzados de maneira simultânea quando se tem notícia de uma pessoa desaparecida
339 ou quando se encontra uma pessoa que possivelmente esteja em situação de
340 desaparecimento e que não tenha condições de retornar para sua família. Então, a
341 ideia é de buscar a aderência do sistema da Secretaria de Justiça, da Secretaria de
342 Segurança Pública da Defensoria Pública, do Tribunal de Justiça, dos albergues, dos
343 hospitais, de todas as instituições que tem alguma contribuição para oferecer nesse
344 tema. E a par disso, aproveitando esse sistema colocado à nossa disposição, retomar
345 um trabalho que já foi feito no Estado do Paraná, se não me engano no ano de 2015,
346 pelo Vice-Governador Flávio Arns, atual Senador, de retomar e reativar a Comissão
347 sobre as pessoas desaparecidas, para que todas as instituições se reúnam,
348 reanalise, repensem os protocolos, as políticas e busquem meio de atuação mais
349 eficientes possíveis para tratar do tema das pessoas desaparecidas, tanto de crianças,
350 quanto de adultos, com uma centralidade nesse sistema. Já é possível de ser
351 implementado imediatamente no Paraná, mas necessita dessa formalização jurídica e
352 da reativação desses mecanismos. Então, acho que nessa minha fala introdutória
353 gostaria de ressaltar a importância desse SINALID, de fazer algo muito básico para
354 evitar que as famílias e a polícia tenham que fazer um trabalho manual de buscar
355 cidade por cidade, instituição por instituição, se existem dados e registros de
356 desaparecimento de pessoa que se busca. A ideia é a gente utilizar um sistema que já
357 existe, um sistema que inclusive nos permita cruzar os dados em nível nacional. Se
358 existe na Paraíba, a cidade do Marcel, registro de uma pessoa desaparecida, é
359 possível que nós aqui do Paraná, em tempo real, acessemos esses dados. É algo meio
360 que óbvio, mas que até o momento infelizmente não foi feito. Então, é congrega

361 esforços e para isso a Regina Bley está à frente também desse trabalho no Ministério
362 Público, fazendo todas as pontes, todas as articulações para que a gente some
363 esforços diante de novos casos de crianças desaparecidas, consiga deflagrar o
364 máximo de forças, energias e instituições, no tempo mais rápido possível para localizar
365 de maneira eficiente essas pessoas desaparecidas. Esse é meu recado inicial e
366 agradeço também a oportunidade de participar desse trabalho. Fico à disposição”. **Ana**
367 **Raggio** seguiu: “Obrigada, Dr. Rafael”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça**
368 questionou: “Só para fins de esclarecimento, Dr. Rafael, isso seria no sentido de dar
369 cumprimento ao Decreto nº 2089 de agosto de 2015. É isso?”. **Rafael Moura**
370 respondeu: “Também, sim. A gente já tem inclusive a Lei Estadual, temos o Decreto e
371 agora desde 2019 temos uma Lei Federal que cria uma política pública, um sistema
372 nacional de localização de pessoas desaparecidas, inclusive com a obrigação de que
373 existe uma autoridade central, em nível estadual e que haja articulação e cruzamento
374 de dados por meio de um sistema, que hoje nós já temos à disposição em nível
375 estadual também”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça** continuou: “Então,
376 interrompendo um pouco a questão cerimonial e já pensando como grupo de trabalho.
377 Eu sou uma pessoa muito prática e objetiva. Gostaria de propor e pedir o apoio da
378 nossa equipe técnica, que é a Carmen que compõem conosco, especialista no
379 atendimento à letalidade e desaparecimento de crianças ou crianças ameaçadas de
380 morte, também a Ana Raggio, que providenciem um arquivo básico com todas essas
381 legislações e normativas para que o grupo possa ter um alinhamento, conhecendo
382 todos esses documentos para que possamos amadurecer essa construção do relatório
383 no sentido do cumprimento daquilo que já existe. Não há necessidade de propor algo
384 se já está, de certa forma, contemplado e em vigência dentro do nosso grupo de
385 trabalho. Peço então que a Ana Raggio e a Carmen organizem isso. Também acho que
386 seria interessante nós termos o acesso aos e-mails de todos os participantes desse
387 grupo de trabalho para facilitar o diálogo. Dr. Grochocki que é especialista, também
388 trabalha com essa temática, se tiver alguma informação, algum documento que queira
389 nutrir o grupo de informações e esclarecimentos, será muito bem-vindo.” **Ana Raggio**
390 deu sequência: “Aproveitando e dando continuidade a equipe do Centro de Apoio que
391 nos acompanha, gostaria de agradecer pela presença da Regina Bley e convidá-la para
392 fazer seus cumprimentos”. **Regina Bley** falou: “Boa tarde a todos e a todas. Eu não
393 tinha imaginado que teria um espaço para falar, mas uma vez que o Dr. Olympio e o
394 Dr. Rafael já fizeram suas manifestações pelo Centro de Apoio as Promotorias de
395 Direitos Humanos, mas eu não posso deixar de dizer do prazer que é estar aqui
396 participando desse momento, histórico, extremamente importante. O Dr. Olympio falou
397 do Comitê Estadual de Combate à Tortura e na verdade esse Comitê já existe no
398 Paraná desde 2010. Apenas ele foi criado por um instrumento jurídico que é o decreto,
399 então o tempo que eu estive na Secretaria de Justiça, nós nos preocupamos em criá-lo,
400 transformá-lo em um comitê por meio de um instrumento muito mais efetivo e eficaz,

401 que é a lei e o mecanismo de prevenção e combate à tortura nunca foi implementado
402 mesmo. Então, eu reputo como sendo bem dito pelo Dr. Olympio, um momento
403 extremamente propício e importante para levar isso adiante. A gente sabe que a
404 SEJUF já está fazendo isso. Então, eu me coloco absolutamente à disposição do grupo
405 de trabalho para contribuir e agradeço o espaço. Destaco a importância da Ângela
406 Mendonça como chefe dos dois departamentos para frente desta pauta. Muito obrigada
407 e fica aqui meu cumprimento a todos e a todas, em especial para as autoridades que
408 se encontram nesse momento, nesse evento. Muito obrigada”. **Ângela Christianne**
409 **Lunedo de Mendonça** complementou: “Nesse momento também faço aqui um
410 destaque para a participação história da Regina nessa pauta de direitos humanos no
411 Estado do Paraná. Eu costumo dizer que ela é minha professora nesse assunto e é
412 com muita alegria que vejo você participando ativamente dessa pauta junto conosco
413 nesse grupo de trabalho. Peço gentilmente ao Dr. Olympio que autorize a participação
414 da Regina como apoio técnico do grupo, considerando a história e a relevância da
415 participação nos processos democráticos e de fortalecimento de direitos humanos no
416 Paraná que ela tem”. **Ana Raggio** informou: “Dr. Olympio fez positivo”. **Regina Bley**
417 manifestou: “Com todo prazer! Ângela, você falou de se criar um compilado de
418 legislação e o Dr. Rafael se referiu exatamente ao Decreto nº 2089/2015, que institui a
419 política estadual sobre pessoas desaparecidas no Estado do Paraná. Acho que essa é
420 uma referência bem lembrada pelo Dr. Rafael como ponto de partida para esse grupo,
421 no que diz respeito ao nosso ordenamento jurídico. É a base legal que nós temos para
422 atuar nessa matéria. Muito obrigada”. **Ana Raggio** deu sequência: “Muito obrigada,
423 Regina. Gostaria de agradecer a presença e passar para seus cumprimentos a Arlete
424 Kubota, que compõe o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude
425 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que está aqui presente conosco”. **Arlete**
426 **Kubota** falou: “Cumprimento todos e todas, na pessoa da nossa querida Dra. Ângela, e
427 parabênzo a iniciativa e a dedicação do nosso Secretário e dessa equipe da
428 Secretaria, na busca de tratar questões tão sérias, tão importantes e necessárias como
429 essas. Agradecemos com muita alegria esse convite e nos colocamos à disposição do
430 grupo de trabalho para contribuir, o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e
431 da Juventude e a Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do
432 Paraná”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça** pronunciou: “Obrigada, Arlete
433 querida. Deixo nosso abraço ao Dr. Fernando e também à Dr. Noeli. A presença de
434 vocês é realmente muito importante para esse debate. Tê-la conosco aqui é um
435 presente. Obrigada”. **Ana Raggio** retomou: “Gostaria agora de registrar a presença e
436 passar para fazer o uso da palavra, o Silvio Renato Fernandes Jardim, Chefe do
437 Departamento de Justiça dessa Secretaria de Estado, que está presente conosco”.
438 **Silvio Renato Fernandes Jardim** falou: “Boa tarde, senhoras e senhores. Em nome
439 da Dra. Ângela Mendonça, cumprimento todas as autoridades já citadas, a todos que
440 estão aqui presentes e de modo virtual, a todos os profissionais que estão nos

441 acompanhando e aqui trabalhando e dizer que na condição de policial federal, já desde
442 o final dos anos 80, eu tive a infeliz missão de acompanhar investigações de
443 desaparecimentos e tráfico de pessoas, inclusive muito simbólica na época era uma
444 conexão de Curitiba/Joinville e de lá eram vendidas para o exterior. Então, só quem
445 conviveu com o drama das famílias que tenham seus entes desaparecidos, que não
446 tem mais contato, fica aquele vazio na alma, pode ter um pouco da dimensão. Jamais a
447 dor que essas famílias têm. Então, nesse momento nós estamos tendo a oportunidade
448 histórica, graças à sensibilidade história do Secretário da Justiça, Família e Trabalho do
449 Paraná, Ney Leprevost, de trazer à tona esse trágico e emblemático Caso Evandro,
450 acontecido há tantos anos atrás e que nunca teve uma explicação mais convincente.
451 Então, por mais que façamos, ainda não conseguiríamos amenizar a dor da família
452 dele e corrigir alguma injustiça que vai ser impossível depois de tantos anos, mas pelo
453 menos que isso sirva de que a partir de então, não se faça mais ações como essas.
454 Que nós tenhamos o cuidado necessário como profissionais, como seres humanos,
455 como cidadãos, de respeitar as pessoas e fazer o trabalho como deve ser feito.
456 Especialmente identificar as injustiças para que elas não venham mais a ocorrer. Se
457 conseguirmos minimamente fazer isso, nós já estamos avançando nesse processo
458 histórico. É um privilégio participar dessa comissão que tem à frente a Dra. Ângela
459 Mendonça, colega extremamente qualificada e competente, e vamos tentar contribuir
460 da melhor forma possível. Estamos à frente do Departamento de Justiça com muita
461 honra aqui na Secretaria e à frente da Força Tarefa Infância Segura, que é uma ação
462 de vanguarda no Paraná, em termos de proteção dos direitos e garantias de direitos
463 das crianças e adolescentes do próprio sistema. Então, nós aqui no Paraná estamos
464 avançando com políticas públicas e esperamos que casos como esse não ocorram
465 nunca mais. Muito obrigado, é uma satisfação estarmos juntos nessa caminhada”. **Ana**
466 **Raggio** falou: “Obrigada. Gostaríamos agora de registrar como parte da equipe de
467 apoio técnico a Carmen Lúcia Pereira da Silva, que aqui no Departamento de Políticas
468 para Crianças e Adolescentes é a responsável também pela Coordenação do
469 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM.
470 Carmen, se quiser fazer o uso da palavra, fique à vontade”. **Carmen Lúcia Pereira da**
471 **Silva** falou: “Boa tarde. Quero fazer um agradecimento muito especial para a Ângela
472 por esse convite, é uma alegria fazer parte desse grupo. Essa história repassa pela
473 minha história de uma maneira muito forte. Eu tenho parentesco com uma criança que
474 foi sequestrada nos anos 80 e isso teve um impacto muito grande na história da minha
475 família. Eu trabalhava na CURA na época do Caso Evandro e tive um contato muito
476 grande com a situação, e como mãe isso teve impacto muito grande na forma como
477 conduzi a liberdade dos meus filhos. Então, eu acredito realmente que até pela matéria
478 que profissionalmente eu carrego, é mais um momento muito especial que não é
479 coincidência. Estamos juntos”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça** falou:
480 “Obrigada, querida. Carmen, é uma alegria tê-la conosco, embora as circunstâncias

481 tenham sido um pouco traumáticas. Você é um grande presente na nossa equipe, tem
482 muita competência técnica, compromisso com a infância e certamente vai contribuir
483 bastante para o grupo também”. **Ana Raggio** disse: “Agora gostaria também de
484 registrar o apoio técnico da servidora Ana Felícia Bodstein, que está nos
485 acompanhando por meio virtual, a quem eu passo a palavra para os cumprimentos”.

486 **Ana Felícia Bodstein** falou: “Boa tarde a todos e todas, faço o meu cumprimentos em
487 nome da nossa Chefe do Departamento, Dra. Ângela. Meus cumprimentos ao Dr.
488 Olympio, Dra. Regina, que acrescentam sempre. Atualmente venho atuando na Divisão
489 de Igualdade Étnico-Racial e penso que essa temática, embora passe pelas questões
490 de tortura, questões do direito da criança e do adolescente, também temos que lembrar
491 que as violações passam as questões da liberdade religiosa e a suas manifestações.
492 Então, penso que teremos um grande impacto também nessas demandas, razão pela
493 qual venho participar e me colocar à disposição para colaborar da melhor forma
494 possível nesse GT. Muito obrigada”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça**
495 complementou: “Muito obrigada. É muito importante sua fala. Nós conversamos sobre
496 isso, que esse é um outro aspecto que o caso traz à tona, da liberdade religiosa e
497 também gostaria de informar ao grupo que nós, assim que tenhamos a posse do
498 CONSEPIR, que é o Conselho de Igualdade Racial, nós estenderemos o convite para a
499 presidência desse conselho, para que participe conosco desse debate”. **Ana Raggio**
500 falou: “Gostaríamos também de registrar o apoio técnico da Residente Técnica Ana
501 Vitória Naumann, que está nos acompanhando por meio virtual. Também gostaríamos
502 de agradecer o apoio do Chefe de Gabinete Luiz Guilherme, que está aqui
503 presencialmente conosco. Eu estarei também integrando essa equipe de apoio técnico.
504 Me chamo Ana Raggio, sou responsável pela Divisão de Defesa dos Direitos Humanos
505 e, inclusive, participei enquanto ainda era Residente Técnica na Secretaria da Justiça e
506 a Regina Bley era minha chefe, do grupo que elaborou a minuta de decreto que foi
507 aprovada em 2015, sobre o Sistema Estadual de Desaparecimento de Pessoas. Eu
508 sempre comento que pessoas desaparecidas foi o movimento social mais difícil que já
509 trabalhei, apesar de já ter trabalhado com inúmeros movimentos sociais, porque são
510 familiares de pessoas de quem as pessoas não sabem o paradeiro, é um luto não
511 vivido. O luto já é difícil, aquele não vivido é ainda mais. O Dr. Cláudio Marques trouxe
512 essa reflexão para nós também e o quanto foi difícil trabalhar junto a esse movimento,
513 porque era sempre muito sentimento dos familiares envolvidos. Teve uma reunião que
514 eu participei em que os familiares trouxeram uma bandeira do Brasil, que eram
515 patchwork com o nome de todas as pessoas desaparecidas, a data de nascimento sem
516 a data de falecimento e no lugar de “ordem e progresso” estava escrito ‘Onde estão
517 seus filhos, pátria amada?’. Eu lembro que eu representava a Secretaria de Justiça e
518 não podia chorar, como uma técnica representando um órgão. Mas era extremamente
519 forte e complexo trabalhar com esse grupo e a gente fez um trabalho de acolhimento
520 das demandas, compreensão de quais eram as problemáticas. Temos uma

521 necessidade de maior atenção para as famílias que vivenciam o desaparecimento. Elas
522 ficam em uma situação de vulnerabilidade muito grande, então para além de todas
523 essas demandas que já foram aqui citadas, eu gostaria de enaltecer a possibilidade de
524 aprofundar nas políticas públicas de atenção as pessoas desaparecidas e seus
525 familiares. Já convidamos também o Serviço de Investigação de Crianças
526 Desaparecidas – SICRIDE, que é um serviço exponente e aqui no Estado do Paraná
527 tem grande serviço com pouquíssimos casos ainda em aberto, a maioria deles com
528 data anterior a criação do SICRIDE, um deles é do Caso Evandro. É uma área que a
529 gente vai poder dialogar cada vez mais. Com isso, Ângela, a gente encerra a abertura
530 de fala para todas as pessoas e acho que a gente pode combinar os próximos passos.
531 Passo a palavra para você e gostaria de explicar que a Ângela é Chefe do
532 Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania, Chefe
533 do Departamento de Políticas para Crianças e Adolescentes e também está
534 representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na
535 qualidade de Vice-Presidente e agora, também Coordenadora desse GT”. **Ângela**
536 **Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Obrigada, Ana. Acho que já todos nos
537 apresentamos, nos conhecemos e já percebemos que vamos trabalhar muito, porque
538 temos muito a fazer. Inicialmente, como o Secretário nos propôs um prazo de 60 dias,
539 e conhecendo a agenda e realmente a dinâmica de trabalho de todos os participantes,
540 nós estamos propondo uma reunião semanal nas quartas-feiras, de forma híbrida.
541 Quem puder vir presencialmente é bem-vindo e quem precisar usar do recurso remoto
542 também não há nenhum problema, aprendemos a trabalhar assim nessa pandemia. Eu
543 pergunto ao grupo se esses encontros semanais, uma vez na semana nas quartas-
544 feiras, atende a possibilidade de participação de todos vocês. Pode ser?” **Luiz Rodrigo**
545 **Grochocki** respondeu: “Eventualmente se eu tiver alguma audiência, alguma coisa,
546 tenho certeza que serei muito bem representado pela Dra. Bruna”. **Ângela Christianne**
547 **Lunedo de Mendonça** complementou: “Perfeito. Talvez nós pudéssemos também
548 pensar em alguma representação de suplência”. **Luiz Rodrigo Grochocki** falou: “Na
549 verdade, a Dra. Bruna não é minha suplente, é minha parceira nesse projeto”. **Ângela**
550 **Christianne Lunedo de Mendonça** continuou: “Mas enfim, a possibilidade de não
551 poder participar e designar alguma suplência de sua representação não há nenhum
552 problema de minha parte. Acho que facilita bastante. Então já temos uma pré-agenda
553 dos dias 21 e 28 de julho, 4, 11, 18, 25 de agosto e 1º de setembro. Entraremos na
554 primeira semana de setembro para fazer os fechamentos. Em relação à metodologia, a
555 princípio, nós pensamos em organizar a nossa agenda de trabalho fazendo a escuta, a
556 acolhida de alguém que conheça o Caso Evandro. O Secretário já sugeriu alguns
557 nomes para uma fala inicial, em torno de 30 minutos, e após essa explanação, nós
558 poderíamos fazer perguntas, dúvidas, esclarecimentos e após isso nós podemos abrir
559 um espaço de debate dentro do próprio grupo para sugestões, questões que caberiam
560 destaque dentro dessa pauta que a pessoa trouxe. Não sei se é uma boa metodologia,

561 se alguém tem alguma sugestão nesse sentido. Nós levantamos alguns nomes, caso
562 os senhores tenham outros para acrescentar que sejam importantes para nossa
563 temática: Ivan Mizanzuk, que é o produtor do podcast; o advogado Antonio Augusto
564 Figueiredo Basto, que faz a defesa das duas senhoras; o delegado José Maria de
565 Paula Correia, que é Delegado-Geral da Polícia Civil da época; o delegado da Polícia
566 Civil Luiz Carlos de Oliveira, que acompanhou presencialmente algumas diligências;
567 Dr. Adalto da Tigre. Também tivemos a sugestão de ouvirmos a Dra. Izabel Mendes,
568 que na época também acompanhou essa questão. Mais alguma sugestão dos nossos
569 colegas? Dr. Olympio, Regina, Dr. Bruno?” **Regina Bley** respondeu: “Acho que para
570 início, eu acho que nós temos uma lista bem interessante e acho que a medida que for
571 surgindo a gente pode ir acrescentando novas sugestões e nomes”. **Ângela**
572 **Christianne Lunedo de Mendonça** acrescentou: “Pensamos talvez em convidar
573 alguém que represente as famílias, ou as próprias famílias se quiserem fazer uso da
574 palavra e nesse momento da história fazer desse lugar de fala, um lugar de respeito.
575 Porque falar por elas é realmente muito delicado e inconveniente. Então pergunto ao
576 grupo se vocês consideram importante. A gente entra em contato e faz um convite. A
577 prerrogativa de aceitar ou não, se sentirem condição de exercer esse lugar de fala é
578 prerrogativa de cada um. Consulto aos colegas desse encaminhamento. Muito bem,
579 então nós também pensamos em gravar essas reuniões do grupo para que depois
580 esse registro possa ser transcrito e fique como memória em arquivo das atividades
581 desse grupo. A nossa equipe de estagiários do Departamento poderá fazer o registro
582 de todos esses debates para que não se percam na história as delicadezas e nuances
583 desse processo. Não sei se alguém mais tem alguma sugestão. Nós fizemos um breve
584 esboço de plano de trabalho, com objetivo geral e específico, e pergunto se os
585 senhores querem apreciar isso agora ou preferem que nós encaminheemos isso por e-
586 mail e já no próximo encontro validemos esse plano. Peço que a Ana e a Carmen,
587 juntamente com a Regina, possam também providenciar a cópia desse plano de
588 trabalho editável para que os participantes possam fazer suas contribuições. E durante
589 a semana, até quarta-feira, peço que o Guilherme nos ajude com a confirmação dos
590 convidados. Em relação às sugestões do Dr. Haroldo e do Dr. Adalto, se os senhores
591 tiverem os contatos ou puderem fazer o convite na condição de membros do grupo, nos
592 confirmem a possibilidade da melhor agenda dos convidados para estarem conosco.
593 Estamos já com as mãos e o coração encharcados de motivação para o trabalho”.
594 **Arlete Kubota** questionou: “Quais serão os horários das reuniões?”. **Ângela**
595 **Christianne Lunedo de Mendonça** perguntou: “No período da tarde é melhor para os
596 senhores ou pela manhã?”. **Olympio de Sá Sotto Maior Neto** respondeu: “Nós
597 preferimos pela manhã, porque nas quartas-feiras tem a reunião do Comitê da
598 Verdade. Eu gostaria de compreender melhor em relação ao Caso Evandro, o que o
599 grupo pretende fazer? Porque nós temos sob a ótica jurídica e vislumbrando o futuro,
600 dois encaminhamentos jurídicos possíveis, penso eu. Temos a existência de uma fita,

601 de um áudio que a informação que se tem é que não foi juntada ao processo. Então,
602 precisaria fazer a verificação da autenticidade desse áudio. Vislumbrando juridicamente
603 as possibilidades, teríamos uma eventual revisão criminal, porque se foi uma prova
604 obtida mediante tortura, uma prova ilícita que certamente a confissão delas foi
605 determinada. Então, tem essa consequência jurídica de se poder fazer uma revisão
606 criminal. O outro aspecto é da ocorrência de tortura, que por se tratar de crime
607 imprescritível, pode ser feita a persecução penal para punição. E em outro âmbito, a
608 possibilidade de indenização por parte do Estado”. **Ângela Christianne Lunedo de**
609 **Mendonça** acrescentou: “Eu acho que essa sua pontuação é de plano já para que
610 esse grupo possa esclarecer no relatório, dessas três perspectivas. Em relação ao
611 crime, ao que se deu. Se os demais colegas especialistas nessa pauta tiverem algo
612 mais para contribuir... No meu entender são essas três possibilidades. Vejo que o
613 grupo pode, nesse sentido, se manifestar nessa perspectiva, dessas intervenções e
614 encaminhamentos que podem ser adotados”. **Rafael Moura** falou: “Eu acho que além
615 dessas medidas, se houver um avanço nas investigações, seria possível pensar em
616 medidas simbólicas. Não centrada no caso, mas em relação a tortura e não repetição,
617 um ato solene, algo desse tipo.”. **Ângela Christianne Lunedo de Mendonça** falou: “Eu
618 penso que esse seria também um bom caminho do ponto de vista ético. Pensamos em
619 um memorial de crianças desaparecidas, um memorial contra tortura que referende
620 esse ato inaceitável. Nós até levantamos aqui umas ideias internamente com a equipe
621 e podemos avançar na medida que os relatos venham, isso pode ir tomando corpo com
622 propostas que possam ser registradas e encaminhadas por esse grupo de trabalho, no
623 simbólico, no jurídico, no formal e no plano político também. Talvez pudéssemos,
624 enquanto metodologia de trabalho do grupo, estruturar alguns eixos, no âmbito da
625 reparação, no âmbito de legislação, no âmbito de atos simbólicos, no âmbito de
626 normativas ou procedimentos e serviços que devam ser implementados. Acho que isso
627 pode ficar, entre aspas, adormecido até quarta-feira para que cada um de nós possa
628 pensar nesses eixos estruturantes e partir desses macro eixos, algumas ações na
629 medida que escute os relatos, possa ir pensando em encaminhamentos concretos”. **Dr.**
630 **Olympio de Sá Sotto Maior Neto** acrescentou: “Acho importante o encaminhamento
631 que você vai fazer, dessa proposta metodológica e que a gente possa a partir dela
632 fazer análise e contribuir com alguma sugestão”. **Encerramento: Ângela Christianne**
633 **Lunedo de Mendonça** agradeceu a todos os presentes e encerrou o primeiro encontro
634 do **GRUPO DE TRABALHO - CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA O**
635 **FUTURO**. A presente ata foi lavrada pela Residente Técnica Ana Vitória Naumann e
636 corrigida pela servidora Eloise Zanon Garcia.